

SERVIÇO SOCIAL E MEDIAÇÃO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES GESTANTES

Valéria dos Santos Pescada BATISTA¹
Leila CHABAN²

¹ Discente do curso de Serviço Social. Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG; ² Docente do curso de Serviço Social. Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG.

Palavras-chave: Serviço Social na Saúde, Mediação, Gênero Feminino.

INTRODUÇÃO

Esse estudo pauta-se em reflexões críticas extraídas de recursos bibliográficos acerca da dimensão teórico-metodológica do Serviço Social na trajetória histórica, tendo a mediação enquanto categoria ontológica e reflexiva no seio teórico e interventivo da profissão. Aponta o(a) Assistente Social como profissional da saúde inserido no contexto institucional do Centro Especializado em Saúde de Várzea Grande-MT, local de realização de estágio supervisionado, e como parte deste processo desenvolveu-se rodas de conversa com as gestantes atendidas pelo pré-natal de alto risco, ao refletir questões sobre gênero feminino, bem como sua historicidade, avanços com ênfase no enfrentamento e empoderamento na defesa e garantia de direitos das mulheres em Cisne (2012). A discussão teórica inicial se dá pela historicidade do Serviço Social, nos primórdios da profissão na perspectiva conservadora voltada para a manutenção da ordem capitalista.

Porém, essa mesma profissão passa por um processo de renovação em Netto (2009) que caracteriza um redirecionamento ideopolítico, pontuado por Iamamoto (2007, p. 31) “esse processo consolida a profissionalização do Assistente Social, que torna categoria assalariada”. O Serviço Social passa a utilizar as bases filosóficas e correntes de pensamento marxista baseadas no método materialista histórico dialético, o qual vem subsidiar a intervenção profissional, trazendo a mediação enquanto categoria ontológica e reflexiva, que possibilita a compreensão dos fenômenos sociais implicando em aproximações sucessivas da realidade. No último item discute-se a contextualização histórica, apontando a necessidade e importância da inserção do Serviço Social enquanto profissional da saúde com base no CFESS (2010). Também um breve regaste das lutas femininas ao conceituar as questões de gênero, e a atuação do Assistente Social enquanto mediador nesse processo busca-se em Lisboa (2014).

Por fim, serão apresentados os resultados e discussões sobre a vivência do estágio supervisionado em Serviço Social, e as análises do perfil do grupo de gestantes de alto risco, através do questionário semiestruturado aplicado em rodas de conversa sobre direitos da mulher. Além dos relatos de experiências focalizados no atendimento as mulheres, revelando os desafios enfrentados pelo Serviço Social como mediador no enfrentamento das situações de vulnerabilidade e opressão que vivem essas mulheres.

OBJETIVO

Compreender a mediação como categoria ontológica, intelectual e interventiva do(a) assistente social orientada no cotidiano profissional na área da saúde.

MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no âmbito do estágio supervisionado em Serviço Social, o qual possibilitou, por meio da pesquisa social de abordagem qualitativa baseada na corrente de pensamento marxista, a contextualização e a historicidade da realidade dos sujeitos envolvidos, levando em consideração o modelo socioeconômico vigente na sociedade contemporânea: o capitalismo. Para o entendimento sobre a prática profissional, a partir do Plano de Estágio diante do processo de ensino-aprendizagem diante de orientações acadêmicas e de campo, foi realizado um levantamento bibliográfico da dimensão teórico-metodológica do Serviço Social, passando pela trajetória histórica da profissão desde seus primórdios até o movimento de reconceituação. Esse movimento de reatualização trouxe como corrente filosófica o método materialista histórico dialético, tratando em especial a categoria mediação, considerada ontológica e reflexiva no seio teórico e interventivo do Serviço Social. Assim como, nos apropriamos do conhecimento teórico sobre o gênero feminino como discussão fundamental à profissão de Serviço Social enquanto categoria profissional, a qual possui uma histórica marca feminina e também por esse público ser a maior população usuária de seus serviços.

A pesquisa social foi desenvolvida no Centro Especializado em Saúde de Várzea Grande-MT (CES) no período de 2016/02 e 2017/01. Entre as especialidades oferecidas às mulheres no CES é o acompanhamento do pré-natal de alto risco uma delas. Assim, este trabalho tem como sujeito de pesquisa as gestantes atendidas nessa unidade. Foram realizadas rodas de conversas com a temática: Emancipação Feminina, Resistência, Defesa e Garantia de Direitos na Atualidade, que tiveram como objetivo o diálogo reflexivo sobre emancipação feminina e garantia de direitos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário semiestruturado aplicado à vinte e uma mulheres gestantes atendidas pelo CES presentes nas rodas de conversa em sala de espera das consultas de pré-natal de alto risco. Objetivamos conhecer a realidade vivenciada por elas. Por meio desse conhecimento e aproximação, consideramos suas particularidades e assim tecer reflexões baseadas na dimensão teórico-metodológica do Serviço Social. Levando em consideração como instrumento articulador e potencializador de mediações que visam promover o fortalecimento da mulher enquanto sujeito de saúde no Centro Especializado em Saúde com ênfase na defesa e garantia de direitos.

Através do questionário aplicado às gestantes, foram coletados dados em fontes primárias, produzidos entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa. O questionário foi organizado em eixos de identificação pessoal, conhecimento sobre direitos e vivências relacionadas à rede de atendimento e proteção a mulher. O conteúdo do questionário foi minuciosamente analisado, seus dados sistematizados e interpretados. As possibilidades de alternativas inseridas no questionário foram definidas como: ótimo, bom e regular, sim e não, com algumas poucas questões abertas.

Toda metodologia tem por objetivo promover o debate e a compreensão sobre os desafios postos ao Serviço Social dentro do CES no sentido de enxergar a mulher, entendendo todo um processo sociohistórico de opressão e desigualdade vivenciada por essas em suas relações no meio social. Entendimento necessário para orientar uma ação interventiva de mediação que promova reação e mobilização para a luta, no sentido de ir a busca da garantia de seus direitos, e para além disso protagonizar sua história.

Para que seja possível todo esse empreendimento no sentido de dar voz a população menos favorecida foi que Serviço Social precisou passar por um processo de reatualização do seu arcabouço teórico e metodológico, além de rever seus conceitos diante de um sistema explorador e antagônico.

RESULTADOS

Cotidianamente os profissionais se deparam com demandas cercadas de aparentes formas de ser. O desvelamento dessa aparência e a aproximação com a realidade para intervir, exige desse profissional algumas metodologias, domínio e reflexão crítica sobre aspectos particulares da profissão e da ação profissional. Desta forma, verifica-se a importância dessa temática aliada ao currículo do curso de Serviço Social, e também podemos mencionar a necessidade de constante atualização por parte dos profissionais inseridos nessa categoria

Durante o estágio supervisionado em Serviço Social no CES foi percebido que a grande maioria dos pacientes era mulher. Embora fossem muitas as pacientes, passavam pelo Serviço Social na maioria das vezes apenas as mulheres que almejavam fazer o planejamento reprodutivo com o objetivo de realizar a laqueadura tubária. Dessa forma, a essas eram realizadas perguntas sobre o motivo pelo qual almejavam a laqueadura tubária e repassadas algumas informações importantes sobre o processo até a execução. Após esses questionamentos nada mais era dialogado entre a usuária e a assistente social.

Cotidianamente, alguns usuários/pacientes vão ao Serviço Social com outras demandas imediatas como marcação de consulta, solitação de carimbo e assinatura para liberação de passagem, ou reclamações sobre o atendimento gerais ou de certos profissionais (na grande maioria médicos). Quase sempre a resposta é no sentido de espera, porque não tem como resolver (fazer encaixe), ou no que fosse possível assinavam os papéis de liberação de passagem ou realizavam os encaixes, algumas orientações mais simples também eram passadas e encaminhamentos rápidos realizados.

Esse tipo de atendimento pode ser caracterizado como sendo movidos por ações imediatas, que não objetivam emancipação humana, apenas alivia ou fragilizam ainda mais esses usuários. Vale ressaltar aqui que muitas das dificuldades no atendimento se davam também por impedimentos estruturais e gerenciais. Porém, "Reconhecemos que o Serviço Social tem muito a contribuir com o conhecimento voltado para a elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas, com compromisso de promover a equidade de gênero". (LISBOA, 2014, p. 39)

Pensando nessas formas de contribuição é que o(a) assistente social deve planejar suas ações e ter conhecimento do seu público. Para coleta de dados, faz-se necessária ações que

motivem e demonstrem a necessidade de dar visibilidade às questões que envolvem os mais variados públicos sobre os quais refletem a desigualdade e injustiças do sistema (nesse caso as mulheres). Através da pesquisa e coleta de dados foi possível obter o conhecimento de uma pequena parcela do público com o qual os profissionais do CES estão lidando, visando dialogar as formas de enfrentamento das situações que perpassam o cotidiano da população usuária do Serviço Social.

Os dados coletados na roda de conversa por meio do questionário semiestruturado com vinte e uma mulheres evidenciou entre outros indicadores, a faixa etária entre 14 a 42 anos, demonstrando que 24% desse universo pesquisado há adolescentes grávidas (na faixa etária de 14-17 anos), 14% têm entre 18-22 anos, outros 24% estão na faixa etária entre 23-27 anos, 9% entre 28-32 anos, 19% entre 33-37 e 10% entre 38-42 anos. Do total de mulheres, 9 são casadas, 6 amasidas e 6 são solteiras, se responsabilizando e cuidando de sua gestação sem auxílio do genitor. Dessas mulheres apenas duas não possuem filhos além da gestação. Quando questionadas sobre a paridade nas responsabilidades dos genitores na criação dos filhos, apenas dez delas responderam que isso ocorre.

A maioria das mulheres se identifica como de cor parda, sendo dezesseis (16), duas (02) amarelas, duas (02) negras e uma (01) branca. Sobre escolaridade, apenas uma estava cursando curso superior, 2 com ensino médio completo, 8 não terminaram o ensino médio, 4 possuem apenas o ensino fundamental, 6 não responderam essa informação. Com isso, identificamos um baixo nível de informação em variados aspectos da vida. Ao traçar esse perfil, passamos a ter um pouco mais de conhecimento sobre uma parcela das usuárias atendidas no CES e traçar plano de trabalho que envolva as mulheres, como protagonistas.

Como vamos perceber, o Gráfico I abaixo demonstra a importância da realização de ações que trazem reflexões das situações e expressões das desigualdades vivenciadas pela população em geral, mas que pode ser percebida mais ainda pelo fato de envolver aqueles que estão mais próximos e fazendo uso dos serviços dentro dos espaços institucionais em que atuam os profissionais de Serviço Social do CES.

Questionamento aplicado ao grupo de gestantes de alto risco em tratamento no CES de Várzea Grande-MT acerca dos direitos da mulher, revelou a importância de ações que informam e refletem a realidade vivenciada pelas mulheres nos dias atuais e o quanto os sinais de opressão estão tão próximos. Como se vê, dentre as mulheres que participaram ativamente das rodas de conversa responderam ao questionário, poucas alegam conhecer de fato seus direitos. Verifica-se uma divergência no tocante a forma como lidam com esse conhecimento, pois como especificado, poucas de fato conhecem os seus direitos mais básicos, mas a maioria relata que luta por esses. Como lutam se pouco conhecem?

É apontado também, um número expressivo em relação a mulheres que sofreram violência, porém quando considerado o número de denúncias realizadas a preocupação aumenta. Lisboa (2014, p. 40) afirma que, “a violência contra mulheres ocorre em um contexto sócio-histórico de uma sociedade patriarcal hierárquica, de múltiplas expressões [...] que não deixa de revelar sua marca nas camadas sociais”.

Ações que tragam essas reflexões são de suma importância dentro dos espaços institucionais, pois através do diálogo e esclarecimento do contexto histórico em que estão inseridas as mulheres será possível incentivar e mobilizar o reconhecimento da mulher como sujeito de direito e detentora de suas expressões. Essas ações podem e muitas vezes iniciam de modo pequeno, como no caso em pequenas rodas de conversa, onde existe a possibilidade de diálogo e trocas, que se ao contrário poderia ser apenas mais uma informação. Aproveitar os espaços institucionais, para promover ações de autoconhecimento e enfrentamento das questões que permeiam as relações sociais é algo inerente ao Serviço Social, é aproximação com a realidade dos usuários inseridos naquele contexto cercado de aparências, é uma oportunidade de fazer valer o compromisso profissional com suas diretrizes, códigos e projetos profissionais, que almejam por liberdade e justiça social, justiça essa que só será possível quando tivermos uma população informada e agindo por seus direitos.

CONCLUSÃO

O conhecimento sobre a constituição histórica do Serviço Social nos revela um processo renovador, uma profissão que tem sua gênese como mediadora de conflitos e garantidora de um sistema. Essa profissão passa por uma renovação teórica-metodológica e que a partir de então, visa o enfrentamento das questões sociais e trabalhando na efetivação de ações que resultem em liberdade e justiça social. Entre tantas outras demandas existentes no cotidiano profissional, alguns fatores passam despercebidos e algumas estratégias deixam de ser executadas, mas é importante que os profissionais entendam a importância de realizar ações que promovam o protagonismo da mulher. Essas ações irão fortalecer e envolver as mulheres num processo de luta e resistência às

opressões e negação de seus direitos, além de dar sentido a ação profissional como mediadora nesse processo.

O(A) assistente social como profissional da saúde lida diariamente com uma população vulnerável e fragilizada por diversas questões, entender seu papel e apropriar-se dele, cumprindo seus deveres zelando por suas responsabilidades tem se tornado um desafio mediante tantos impedimentos, os quais tem refletido em atendimentos imediatos sem respostas emancipadoras.

Atualmente vivemos um momento político subsidiado por tensões e perdas de direitos, e se os profissionais do Serviço Social não observarem sua postura frente a esses acontecimentos estarão contribuindo para esse processo devastador ao invés de cumprirem com seus compromissos com a profissão. O Serviço Social vive em constante transformação e muitas atitudes precisam ser superadas por parte dos profissionais. Essa superação está em cada profissional rever sua postura e ações, além de estar disposto e empenhado a trabalhar com a coletividade, elevando a participação social em busca da efetivação de seus direitos.

É importante que os profissionais estejam capacitados tanto em questões teórico-metodológica, pois, nesse caso estará subsidiado para o entendimento da realidade e possível reação sobre essa. Ser um profissional ético-político que se posiciona em favor da classe que busca por emancipação, elencando projetos de intervenção que fortaleçam e politizem seus usuário.

O respeito sem discriminar é um ponto crucial nesse fortalecimento social. Utilizar-se de sua capacidade crítica e de sua autonomia como estratégias de ação que viabilizem esse processo é muito importante. Ser um profissional atuante nas organizações e movimentos sociais, que busquem a emancipação, a coletividade inerente ao Serviço Social, deve ser um exercício constante na vida profissional. Só através desse entendimento e postura teremos ações efetivas que terão resultados na vida dos sujeitos e da coletividade que tanto almeja terem seus direitos respeitados e seu pleno funcionamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL Código de ética do/a assistente social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10. Ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012

_____. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 28. Julho. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LISBOA, Tereza Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, ano 14, n. 27, jan./jun. 2014.

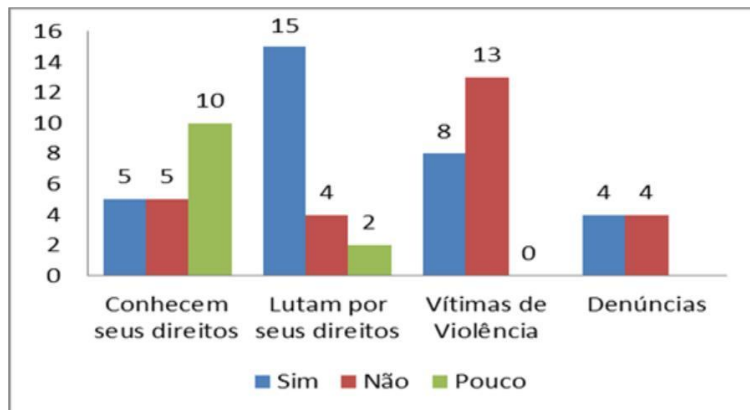
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lope; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTA, A.E. et al. (Orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 4º ed. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

WEREBE, Maria José Garcia. Sexualidade, política e educação: prefácio de Marta Suplicy. Campinas: Autores Associados, 1998.

Gráfico I – Direito da mulher

Fonte: Própria da Pesquisa. Várzea Grande-MT: CES, 2017.